

PET no HABEAS CORPUS Nº 547.497 - PI (2019/0351783-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : LEONARDO ALVES CASTELO BRANCO
ADVOGADOS : ANTONIO RAIMUNDO TORRES RIBEIRO JUNIOR -
MA018709
GLENNA CASTELO BRANCO CARNEIRO - PI016964
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

LEONARDO ALVES CASTELO BRANCO pede a reconsideração do *decisum* de fls. 35-36, por meio do qual indeferi liminarmente o habeas corpus diante da sua deficiente instrução.

Às fls. 44-46, a defesa juntou cópia da peça faltante, motivo pelo qual reconsidero a decisão e passo à análise da liminar.

A defesa sustenta a ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, decorrente da conversão do flagrante pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, haja vista o não preenchimento dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar, a superação da Súmula n. 691 do STF, para que seja revogada a custódia cautelar.

Decido.

Inicialmente, destaco que as matérias aventadas nesta ordem de habeas corpus não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, ficando, assim, impedida sua admissão, sob pena de indevida supressão de instância.

Nesse sentido é o disciplinamento do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal: "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar".

O referido impeditivo é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade não escapa à pronta

percepção do julgador, **como ocorre no caso em exame.**

Ao convolar a prisão em flagrante do paciente em preventiva, o Magistrado justificou a necessidade da medida extrema, pois "foram encontradas no poder do acusado e no interior de sua residência **22 porções prensadas de substâncias análoga a maconha; 01 tablete de substância prensada análoga a maconha; o valor de R\$ 75,00, em notas trocadas,** o que constitui indicativo de tráfico" (fl. 45, grifei).

O Desembargador relator indeferiu a liminar pleiteada na origem, tendo em vista "a gravidade concreta do crime, evidenciada pela quantidade razoável de droga encontrada em poder do paciente (22 porções + um tablete de maconha)" (fl. 17).

A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que "a custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal" (**RHC n. 47.588/PB**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 4/8/2014).

Na espécie, verifico que o Magistrado singular embasou sua decisão em elementos concretos e idôneos – apreensão de certa quantidade de drogas (**22 porções e 1 tablete de substância análoga a maconha**), mas não demonstrou, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a preventiva. Isso porque, **entendo** que a quantidade de droga encontrada em poder do paciente **não tem o condão de, isoladamente, indicar a prática habitual do comércio de entorpecentes pelo investigado**, e, por conseguinte, justificar a sua custódia provisória.

Entendo, portanto, que os elementos apresentados, por si só, não servem para denotar a periculosidade exacerbada da investigada na traficância, a ponto de justificar o emprego da cautela máxima. Assim, as circunstâncias apresentadas, por si só, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Considerando, assim, que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliando as circunstâncias em que

perpetrado o suposto crime em questão, entendo configurados os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, quais sejam, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Apesar da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao paciente – a ensinar-lhe, se demonstrada a imputação, correspondente e proporcional sancionamento penal –, **considero**, ao menos *initio litis*, ser **suficiente e adequada, na hipótese, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares** a ela alternativas.

É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011** – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – **sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado**, notadamente porque o delito a ele atribuído não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para, à luz das peculiaridades do caso concreto, substituir a prisão preventiva do paciente pelas seguintes medidas cautelares:

a) comparecimento periódico em juízo, sempre que for intimado para os atos do processo e no prazo e nas condições a serem fixados pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades;

b) proibição de ausentar-se da Comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

c) recolhimento domiciliar noturno (das 20h de um dia às 6h do dia seguinte), **sem prejuízo de imposição de outras medidas que o prudente arbítrio do Juiz natural da causa entender cabíveis e adequadas**.

Superior Tribunal de Justiça

Alerte-se ao paciente que **a violação das medidas cautelares importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem e ao Tribunal local, solicitando-lhes informações que devem ser enviadas via malote digital, notadamente acerca do andamento do processo e do julgamento do *writ* originário.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**